

BB DTVM

**Demonstrações
Contábeis
Exercício 2019**



A BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB DTVM apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício de 2019, em conformidade com as normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976 e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela Lei nº 11.941/2009) e Banco Central do Brasil (Bacen).

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A EMPRESA

Fundada em 1986, a BB Gestão de Recursos DTVM S.A., com sede no Rio de Janeiro e escritório em São Paulo, tem como atividades principais a administração, gestão e distribuição de fundos de investimento e carteiras administradas.

Somos líderes desde 1994 na indústria nacional de Administração e Gestão de fundos de investimento, de acordo com o Ranking da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais). Contamos com uma equipe de 292 profissionais (dotação em 31.12.2019) de alto nível de qualificação e comprometimento, e estruturamos fundos de investimento destinados aos diversos segmentos de investidores.

No Ranking Global de Administração da ANBIMA de dezembro de 2019, registramos um patrimônio líquido sob administração de R\$ 1.055,9 bilhões e 22,42% de participação de mercado.

Na Gestão de Recursos de Terceiros, destacamo-nos como a maior gestora do país, registrando volume total de R\$ 1.046,3 bilhões e *market share* de 20,04%, conforme Ranking de Gestão da ANBIMA de dezembro de 2019.

Além dos recursos computados para efeito de *ranking* entre as instituições participantes do mercado, gerimos e administramos R\$ 59,7 bilhões em fundos Extramercado.

Deste modo, encerramos o ano de 2019 com um crescimento de 12,20% no volume administrado de recursos de terceiros, em relação ao encerramento de 2018 (R\$ 941,1 bilhões).

a) GOVERNANÇA CORPORATIVA

Enquanto subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., adotamos as melhores práticas de governança. Possuímos Conselho de Administração próprio, com participação de membros independentes e representante dos empregados, e nossa Diretoria Executiva é composta por um Diretor-Presidente e três Diretores Executivos, todos estatutários. Respeitamos a segregação de atividades conforme prescrito pela Comissão de Valores Mobiliários. Possuímos, ainda, Conselho Fiscal para assegurar a fiscalização dos atos de gestão e utilizamos, por compartilhamento, a estrutura de Auditoria Interna do BB S.A.

Por decisões das Assembleias Gerais de Acionista de 27.04.2004, 26.04.2012 e 01.12.2017, aderimos aos regimes de Comitê de Auditoria Único, Comitê de Remuneração Único, Comitê de Elegibilidade para as Entidades Ligadas ao Banco do Brasil e Comitê de Riscos e de Capital do Conglomerado BB, conforme facultado nas Resoluções CMN nº 3.198/2004, CMN nº 3.921/2010, Decreto nº 8.945/2016 e CMN nº 4.557/2017, respectivamente.

Adotamos o modelo de administração baseado na decisão colegiada em todos os níveis, e contamos com comitês internos de instâncias deliberativas. Acreditamos que decisão colegiada, além de minimizar os riscos, possibilita a integração de diversas visões e análises sobre os temas, o que agrega valor e qualidade à decisão, promovendo o compartilhamento de conhecimentos e responsabilidades. Dentre os comitês, destacamos a instituição do Comitê Superior de Gestão de Riscos e Controles Internos, visando identificar e analisar riscos e definir ações de controle e monitoramento, o que reduz a probabilidade de que um evento negativo impacte os objetivos da BB DTVM.

Nosso compromisso com a ética, a transparência, a consistência, a equidade e a responsabilidade socioambiental, em alinhamento às políticas e práticas adotadas pelo Controlador, é reforçado por meio da adoção das boas práticas de governança e monitoramento periódico dos documentos que regulam os aspectos comportamentais a serem observados na condução dos nossos negócios e atividades, incluindo as políticas da empresa.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Aderimos, em 27.10.2016, ao Código Amec de Princípios e Deveres dos Investidores Institucionais – Stewardship, reforçando o compromisso da BB DTVM com a Governança Corporativa dos Fundos. Esse Código pode ser considerado um código de melhores práticas para Investidores Institucionais e tem como objetivo incentivar a maior diligência nas questões qualitativas das empresas investidas, bem como dar mais transparência a esse processo.

Em 2019, aprovamos a Estratégia Corporativa da BB Gestão de Recursos DTVM S/A, para o período 2020-2024, alinhada à Estratégia Corporativa do Banco do Brasil. A Estratégia Corporativa representa as diretrizes que implementaremos, enfatizando sempre o Propósito de “prover soluções em investimentos, gerando valor às pessoas”.

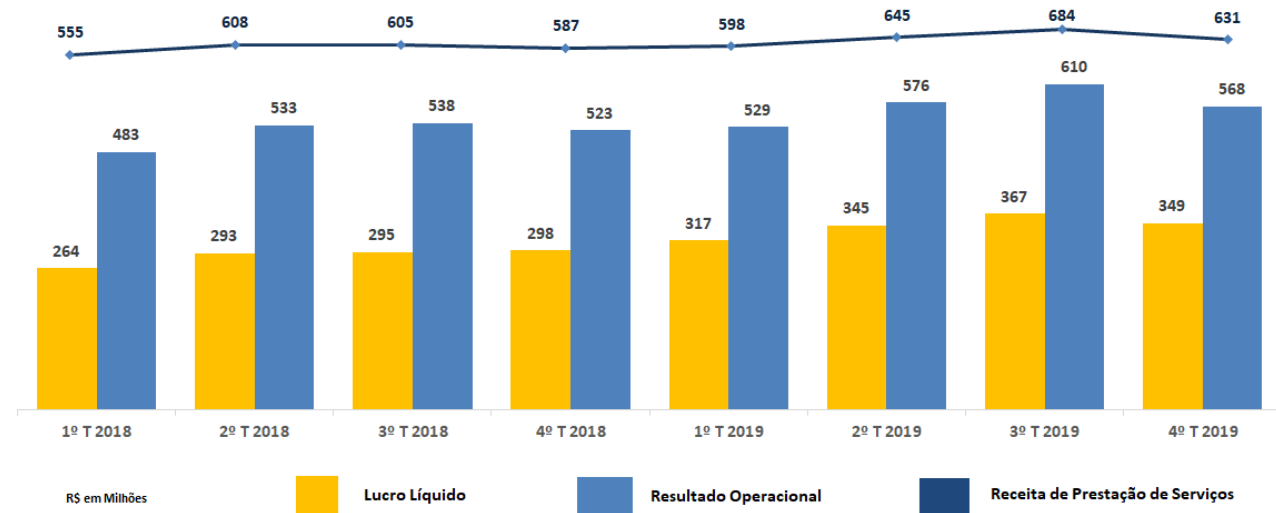
Atingimos a nota máxima no Indicador de Governança IG-Sest, atestando o Nível 1 de qualidade de governança da empresa em um universo de 61 empresas estatais de controle direto da União. Em 2018, obtivemos o percentual de 94% no Índice Integrado de Governança e Gestão (IGG) do Tribunal de Contas da União (TCU), o que nos posiciona no estágio “aprimorado” de Grau de Maturidade da Prática de Governança, estágio atingido por menos de 45 empresas num total de 498 órgãos e entidades avaliados.

Em fortalecimento à governança da BB DTVM, ao longo de 2019, destacamos que foram aprovados pelo Conselho de Administração: (i) a Implantação do Programa de Compliance, (ii) a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa e (iii) a revisão da Política Específica de Controles Internos e Conformidade, (iv) revisão de várias políticas relativas à Risco, a Política Específica de Responsabilidade Socioambiental e a Política de Segurança da Informação e Cibernética.

b) DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Encerramos o exercício de 2019 com lucro líquido de R\$ 1.377,8 milhões, resultado 19,8% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior. O nosso resultado operacional, antes do efeito do Imposto de Renda e CSLL, foi de R\$ 2.283,2 milhões, contra R\$ 2.077,0 milhões no ano anterior, com incremento de 9,9%.

O lucro líquido corresponde à soma dos resultados operacional e não operacional da empresa, após o desconto de impostos e participações nos lucros. O resultado operacional representa aquilo que a empresa lucrou com suas atividades de intermediação financeira, já deduzidas as despesas tributárias, administrativas e outras despesas operacionais.



As nossas receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias em 2019 totalizaram R\$ 2.557,4 milhões, contra R\$ 2.354,7 milhões no ano anterior, cujo aumento de 8,6% deveu-se ao incremento em nosso patrimônio líquido administrado (recursos de terceiros administrados), resultante da variação do valor dos ativos componentes dos fundos de investimento e carteiras e da captação líquida de recursos.

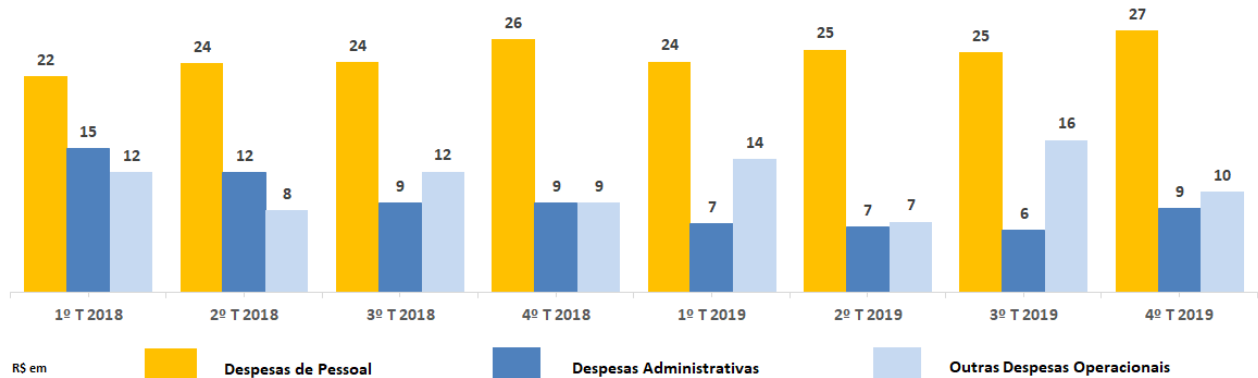
As despesas operacionais da empresa envolvem gastos com a manutenção de sua estrutura administrativa, a remuneração dos funcionários, entre outros dispêndios relacionados às suas operações.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

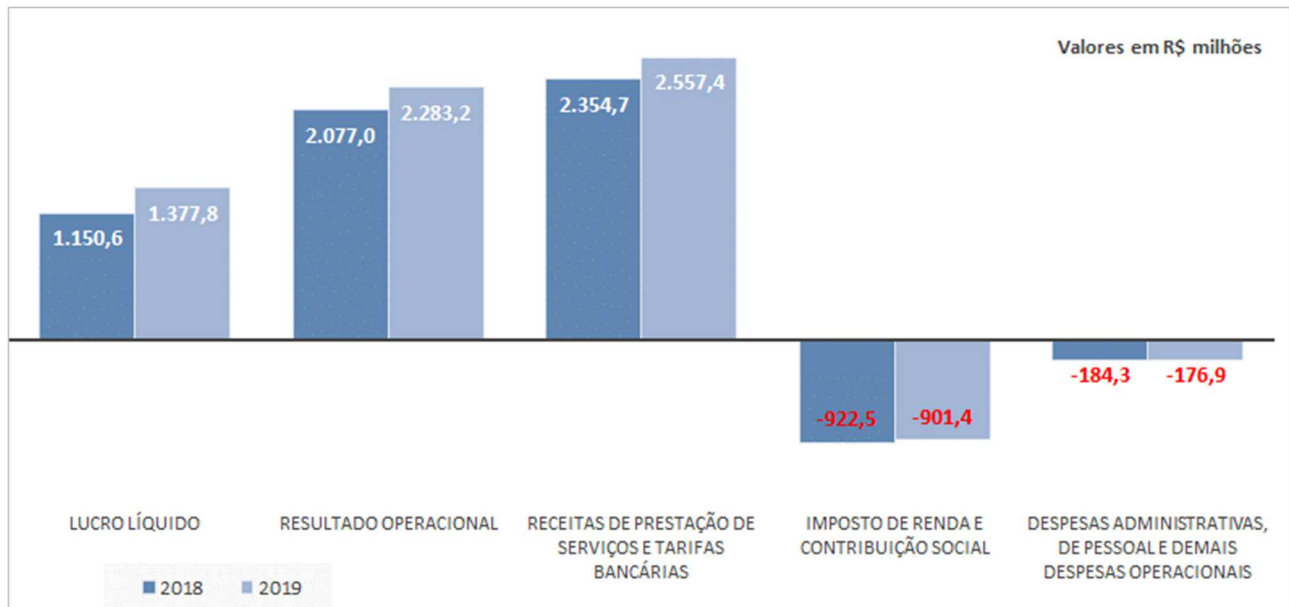
A redução das nossas despesas administrativas e operacionais, na ordem de R\$ 7,3 milhões no exercício de 2019, um decréscimo de 4,0% em relação à 2018, foi decorrente, principalmente, da redução das nossas despesas com serviços de custódia e controladoria, ocorrida a partir do 2º semestre do exercício anterior. Com relação às nossas despesas de pessoal, houve um acréscimo de 5,1% em relação à 2018, em razão, notadamente, do incremento salarial decorrente da negociação coletiva ocorrida em setembro/2019.

No gráfico a seguir, temos a composição de nossas despesas operacionais:



O declínio das nossas despesas administrativas e operacionais e a evolução das nossas receitas resultou numa melhora do índice de eficiência, traduzido na relação entre as despesas de pessoal e outras despesas administrativas, e as receitas operacionais, deduzidas das outras despesas operacionais, passando de 5,95% em dezembro/2018 para 5,02% em igual período de 2019.

O gráfico abaixo apresenta os principais componentes do resultado dos exercícios de 2018 e 2019:



A BB DTVM possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos contabilizados em 31.12.2019 como "Títulos Mantidos até o Vencimento", em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/2001.



c) **AÇÕES ESTRATÉGICAS**

Entre os acontecimentos relevantes que marcaram o ano de 2019, destacamos:

- Realizamos as ações de capacitação e apoio à força de vendas do Banco do Brasil S.A., com a difusão de conhecimento sobre o produto Fundo de Investimento, resultando em incremento de captação em diversos segmentos;
 - Investimos continuamente em ações de Desenvolvimento de Competências e Gestão do Conhecimento dos funcionários, proporcionando ações educacionais que contribuem para aumentar a competitividade no mercado e obter os melhores resultados para a empresa. Em 2019, profissionais de diferentes níveis hierárquicos e funções participaram de um total de 23.775 horas de treinamento. Contamos com 229 profissionais certificados em CPA-20 (Certificação Profissional ANBIMA – Série 20); 88 profissionais certificados em CGA (Certificação de Gestores ANBIMA); 31 profissionais certificados em CFP (*Certified Financial Planner*); 23 profissionais certificados em CEA (Certificação de Especialista em Investimentos Anbima) e 2 funcionários certificados em CFA (*Chartered Financial Analyst*);
 - Participamos ativamente de eventos destinados, preponderantemente, aos segmentos RPPS (Regimes Próprios de Previdência Social) e EFPC (Entidades Fechadas de Previdência Complementar) com o objetivo de estreitar o relacionamento com esses públicos e oferecer cada vez mais soluções adequadas às suas necessidades e expectativas;
 - Realizamos eventos exclusivos com clientes de diversos segmentos com o objetivo de estreitar o relacionamento com esses públicos, criar uma experiência positiva e agradável para estes clientes e oferecer soluções em fundos de investimento adequadas às suas necessidades e expectativas;
 - Iniciamos a distribuição por Conta e Ordem, pela qual pretendemos distribuir nossos fundos através de corretoras e plataformas de investimento. Foram criados 3 fundos específicos para essa finalidade e formalizada uma parceria inicial com o BTG Digital.
- **Premiações:**
- a) **Ranking Melhor Banco para Investir** – IstoÉ Dinheiro (edição 1106) – fevereiro/2019 – 1º colocado na categoria Renda Fixa e 2º colocado nas categorias Fundos de Ações e Varejo Seletivo;
 - b) **Ranking Melhores Fundos para Institucionais** – Revista Investidor Institucional (Edição 312 – março/2019) – 18 fundos considerados excelentes;
 - c) **Ranking TOP Asset** – Revista Investidor Institucional (Edição 313 – abril/2019) – Maior Gestor no Ranking Geral e nas categorias Recursos Provenientes de Fundos de Pensão, Recursos de Governo, Varejo, Previdência Aberta, Fundos Exclusivos e FIDCs;
 - d) **Ranking Melhores Fundos para Institucionais** – Revista Investidor Institucional (Edição 317 – agosto/2019) – 21 fundos considerados excelentes;
 - e) **Ranking TOP Asset** – Revista Investidor Institucional (Edição 318 – setembro/2019) – Maior Gestor no Ranking Geral e nas categorias Fundos de Pensão, Varejo, Previdência Aberta, Exclusivos, FIDC;
- **Certificações:**
- a) Desde 2006, possuímos o grau máximo de qualidade, MQ1, atribuído pela agência classificadora de risco *Moody's* América Latina. Em 2019, a *Moody's* revalidou sua visão sobre a excelente gestão de ativos da BB DTVM. Considerou que a BB DTVM possui uma excelente infraestrutura de investimento, com gerenciamento de portfólio em tempo real, controles de risco e sistemas de conformidade. Consideram que a BB DTVM tem uma exposição muito baixa ao risco de interrupção dos negócios;



- b) Em 2019, a *Fitch Ratings* reafirmou a nota "Excelente", considerada máxima em uma escala de 5 níveis. Segundo a *Fitch*, a BB DTVM possui capacidade de investimento e características operacionais muito fortes, um processo de investimento robusto e bem disciplinado, e forte geração de receitas e lucratividade. Também considera a equipe de funcionários qualificada e experiente, com rígidos controles de risco;
- c) Desde 2012, o nosso processo de análise de risco de crédito da possui a "[Certificação Internacional ISO 9001](#)" para seu Sistema de Gestão da Qualidade, um dos mais renomados títulos em qualidade de serviços. A certificação foi renovada em 2018, pela Fundação Vanzolini, com migração para a norma ISO 9001:2015.

– **Novos Produtos:**

- a) Em 2019, lançamos 154 fundos: 68 para o segmento EAPC (Entidades Abertas de Previdência Complementar); 57 para o segmento Private; 10 para o segmento Fundos de Investimento; 4 para Varejo Alta Renda; 4 para EFPC (Entidade Fechada de Previdência Complementar); 3 para Corporate; 3 para Varejo; 3 para o segmento Conta e Ordem; e 2 para Poder Público. Foram criadas, também, 3 carteiras administradas: 2 para o segmento EFPC e 1 para o segmento Capitalização. No total, foram 157 novos produtos no ano;
- b) Destacamos, entre os lançamentos de novos fundos realizados neste ano, o lançamento de estratégia de crédito privado, adquirindo ativos emitidos no âmbito da Lei 12.431 para os segmentos de Varejo e Private, cujo patrimônio total sob gestão atingiu ao final do exercício R\$ 257,9 milhões;
- c) Cabe destacar, ainda, a criação de fundo com estratégia *long bias*, disponível para clientes do segmento Varejo, além de três estratégias com riscos globais abertas para clientes Investidores Qualificados: Ações Globais com *hedge* cambial, Renda Fixa Global com *hedge* cambial e Renda Fixa Global sem *hedge* cambial;
- d) Dentre os novos produtos, cabe ainda destacar os 3 fundos lançados na modalidade Conta e Ordem (PCO), a serem comercializados por meio de distribuidores externos, diversificando os canais de venda e atingindo um público estratégico de não-correntistas do Banco do Brasil S.A.;
- e) Convém mencionar também a criação do fundo espelho da Verde Asset, gestora destacada no mercado. O fundo tem como público alvo os FICs exclusivos de clientes do segmento Private;
- f) Para o segmento Corporate, foram lançados três novos fundos exclusivos, que somaram R\$ 169,9 milhões de patrimônio líquido no encerramento de 2019.

d) SUSTENTABILIDADE

Alinhados aos princípios de responsabilidade social e ambiental adotados pelo Banco do Brasil, desde novembro de 2010 somos signatários dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI), iniciativa de investidores globais apoiada pelas Nações Unidas.

Participamos do grupo de engajamento da rede brasileira do PRI, iniciativa que busca uma mudança no comportamento das empresas nas quais investe, a fim de melhorar a transparência sobre esses temas. Além disso, desde outubro de 2015, participamos do Grupo de Trabalho Sustentabilidade da Anbima, criado para promover as práticas de desenvolvimento sustentável, compartilhar conhecimento, projetos, estudos e posicionamentos sobre sustentabilidade e economia verde.

Aderimos ao Código AMEC de Princípios e Deveres dos Investidores Institucionais - Stewardship, uma iniciativa da Associação de Investidores no Mercado de Capitais (AMEC), e assinou a Declaração do Investidor em apoio ao relatório "Dever Fiduciário do Século XXI", iniciativa do PRI, UNEP FI e The Generation Foundation.

Reconhecemos os padrões de Melhores Práticas de Governança como forma de melhoria do ambiente de negócios e geração de valor de longo prazo para as companhias e todas as suas partes interessadas em nosso processo de avaliação de investimentos. Assim, em nossos processos de avaliação dos ativos investidos pelos Veículos de Investimento, buscamos uma combinação de retornos financeiros com a governança corporativa, de acordo com princípios de ASG (Ambientais, Sociais e de Governança Corporativa).



Quanto ao Exercício de Direito de Voto em Assembleias pelos Veículos de Investimento, seguimos as práticas definidas pelo Código da Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – Anbima, no que tange à avaliação das matérias relevantes obrigatórias. Em alguns casos, de forma excepcional e sempre no interesse do cotista, avaliamos itens considerados como não obrigatórios, como, por exemplo, remuneração dos administradores.

Possuímos, também, metodologia própria para a habilitação dos candidatos indicados aos Conselhos de Administração e Fiscal, influenciando ativamente na melhoria de governança das companhias investidas pelos Veículos de Investimento.

Em atendimento às Resoluções CMN nº 4.327 e nº 4.557, em novembro de 2019, aprovamos a segunda versão da Política de Responsabilidade Socioambiental da BB DTVM.

Assinamos a Declaração do Investidor em apoio ao relatório “Dever Fiduciário do Século XXI”, iniciativa do PRI, em conjunto com a UNEP FI e o The Generation Foundation. A Declaração do Investidor tem como objetivo convidar os formuladores de políticas internacionais e os governos nacionais a esclarecer as obrigações e deveres dos investidores e outras organizações no sistema de investimento. Solicita, especificamente, que os governos expliquem que os investidores e outras organizações do sistema de investimento devem atuar com a devida cautela, habilidade e diligência, agir de boa-fé no interesse dos seus beneficiários e clientes, e levar em conta as questões ambientais, sociais e de governança nos seus processos de investimento e no seu envolvimento com as empresas e emissores nos quais investem.

Adotamos metodologia de incorporação de aspectos ASG (Ambientais, Sociais e de Governança Corporativa) em nossas análises considerando diferentes necessidades das áreas de crédito e de ações. A metodologia desenvolvida está dividida em dois grandes grupos: indicadores gerais e indicadores específicos. Os indicadores gerais foram segmentados em quatro pilares distintos englobando questões relacionadas à estrutura de governança, aspectos sociais, ambientais e o posicionamento da empresa com relação aos índices de sustentabilidade, assim como seu alinhamento ao padrão GRI. Já os indicadores específicos, foram definidos de acordo com as necessidades de cada área. O resultado da análise influencia diretamente nas decisões de limite de crédito de Dívida Corporativa. Assim, todos os limites de emissores corporativos já são impactados da análise ASG.

Em 2018, a empresa aderiu aos Princípios de Empoderamento das Mulheres (Women’s Empowerment Principles – WEPs), criados pela ONU Mulheres em parceria com o Pacto Global. Os WEPs são um conjunto de medidas que ajudam a comunidade empresarial a incorporar em seus negócios valores e práticas que visam a equidade de gênero e o empoderamento feminino.

Atualmente, administramos oito fundos de investimento com características ASG.

O BB RF Referenciado DI Social 50 destina 50% de sua taxa de administração para a Fundação Banco do Brasil, que utiliza os referidos recursos em ações sociais.

O fundo BB Multimercado Global *Acqua* LP *Private* prioriza em sua carteira de ativos empresas que tratem ou beneficiem a água em seu processo produtivo.

O BB Ações Governança busca acompanhar a carteira teórica do IGC - Índice composto por ações de empresas reconhecidas por boas práticas de governança corporativa. Tais empresas devem ser negociadas no Novo Mercado ou estar classificadas nos Níveis 1 ou 2 da B3.

Os fundos BB Ações Equidade *Private* e BB Ações Equidade buscam agregar na construção da estratégia de investimento a temática da equidade de gênero, utilizando como critério de elegibilidade a adesão das empresas ao WEP da ONU, que considera aspectos como a participação de mulheres em cargos de gerência, executivos e no Conselho de Administração, além de análise que leva em consideração as dimensões ambiental, social e de governança.

O BB Multimercado LP Global *Vita Private* traz para a estratégia de gestão da carteira as temáticas de longevidade e qualidade de vida.

O BB Ações ISE Jovem, com carteira composta por empresas que evidenciam as questões sociais e ambientais em suas práticas administrativas e negociais, destinando 20% de sua taxa de administração para a Fundação Banco do Brasil, cujos recursos são direcionados exclusivamente para as ações do “Programa Água Brasil”, em parceria com o Banco do Brasil, a WWF-Brasil e a Agência Nacional de Águas – ANA.



O BB Ações Carbono Sustentabilidade acompanha o Índice Carbono Eficiente (ICO2), índice este criado pelo BNDES e pela B3, composto por ações das companhias participantes do IBx-50 que adotam práticas transparentes com relação às suas emissões de Gases Efeito Estufa.

A tabela abaixo detalha a posição dos recursos administrados nesses fundos:

Fundos Socioambientais PL (R\$ milhões)		
Fundo	31.12.2019	30.12.2018
BB RF Referenciado DI Social 50	404,6	643,0
BB Multi Global Acqua LP Private FI	135,6	258,6
BB MM LP Global Vita Private FI	118,7	139,8
BB Ações Governança	745,5	360,1
BB Ações ISE Jovem FIC	16,6	9,2
BB Ações Carbono Sustentabilidade FIA	4,6	3,9
BB Ações Equidade FIC	61,6	8,7
BB Ações Equidade Private FIC	232,5	128,0
Total	1.719,6	1.551,3

Fonte: CVM - Comissão de Valores Mobiliários

e) **GESTÃO DE RISCOS**

A BB DTVM conta com estrutura própria para gestão dos riscos – mercado, liquidez, crédito, operacional, estratégia, reputação e segurança da informação - inerente aos seus produtos e serviços.

Risco de Mercado

Utilizamos, como métrica padrão, a metodologia de Valor em Risco (*Value at Risk* ou *VaR*) por Simulação Histórica, para quantificar o montante de perda a que a carteira ou fundo está exposto. O monitoramento do risco das carteiras e dos fundos é diário e os cálculos são feitos considerando-se todos os instrumentos financeiros existentes na carteira ou fundo de investimento.

Em complemento, também são disponibilizados, diariamente, Testes de Estresse, em cenários históricos ou prospectivos. De acordo com as características dos fundos podem ser utilizadas métricas adicionais como *Tracking Error*, *Duration*, Orçamento de *VaR*, etc.

Risco de Liquidez

Os cálculos de risco de liquidez de ativos são feitos considerando-se todos os instrumentos financeiros existentes na carteira ou fundo de investimento que possam ser avaliados, do ponto de vista de liquidez, por meio de séries históricas obtidas junto às instituições públicas e/ou privadas, que possibilitem a estimativa consistente de seus históricos diários de negociação. No caso de ativos não enquadrados na condição acima, a liquidez é considerada nula ou inexistente.

Para a gestão do risco de liquidez do passivo utilizamos a métrica de *LVaR*. Referida métrica, similar ao *VaR* (*Value at Risk*), estima uma probabilidade de resgate líquido, de um dia para o outro, a partir de uma série histórica móvel e de um intervalo de confiança definidos e aprovados no Comitê de Riscos.

Risco de Crédito

Todas as aquisições de títulos de renda fixa e operações estruturadas são avaliadas pela nossa equipe de Análise de Crédito, constituída por corpo técnico sênior com grande experiência e qualificação, que avalia, propõe e acompanha a exposição ao risco de crédito de emissores e emissões mediante análise técnica individualizada, com metodologia e métricas segregadas das demais empresas do Conglomerado BB.



As políticas de análise e estabelecimento de limites encontram-se formalizadas em manual interno de Gestão de Risco de Crédito, aprovado pela nossa Diretoria Executiva, integralmente aderente ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento ("Código de Fundos"). Todas as análises são submetidas ao Comitê de Crédito e Governança dos Ativos, órgão colegiado formado por cinco executivos, conforme alçadas. Por regimento, as decisões de comitês são tomadas por unanimidade.

A decisão de alocação é feita pelos nossos gestores de fundos e carteiras, considerando-se a maximização da relação risco x retorno e a classificação de crédito atribuída e sua adequação às políticas e estratégias de cada fundo. Uma vez adquiridos, os ativos passam a ter acompanhamento constante e com revisão de limites periódica.

Para a gestão do risco de crédito do portfólio utilizamos a métrica Grau de Especificidade de Ativos (GEA), que incorpora os fatores de risco prazo, Índice de *Herfindahl-Hirschman* (IHH), rating e participação no patrimônio líquido do fundo, visando capturar possíveis impactos no curso natural da qualidade de crédito que se busca atender.

A mensuração do Risco de Crédito é realizada considerando-se todos os instrumentos financeiros existentes nas carteiras de crédito dos fundos de investimento que possam ser avaliados, que possibilitem a manutenção consistente de seus históricos mensais de avaliação. No caso de ativos não enquadrados na condição acima, a métrica de cálculo do Risco de Crédito considera nula ou inexistente sua participação no resultado da mensuração.

A avaliação qualitativa do risco de crédito em condições de estresse, para os ativos do fundo, é realizada mediante aplicação de parâmetros de choque definidos sobre o rating dos instrumentos do emissor mais concentrado, os quais refletem situações de redução da qualidade de sua classificação de risco.

Riscos Corporativos

Estruturamos o gerenciamento do Risco Operacional com o objetivo de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o mesmo, adotando estrutura de governança e gestão do risco compatível com o porte, natureza do negócio, a complexidade dos produtos e serviços e as relações estabelecidas com os diversos públicos de interesse.

Gerimos o Risco de Segurança da Informação, estabelecendo diretrizes que objetivam assegurar aos processos, produtos e serviços desenvolvidos na organização, controles eficazes na preservação dos atributos da segurança da informação nas etapas do ciclo PDCA do Sistema de Gestão da Segurança da Informação – SGSI.

Monitoramos, por meio do Controlador, de forma contínua, os ativos de informação abrangidos na infraestrutura de TI provida pelo Controlador, os procedimentos, controles e tecnologias para reduzir as vulnerabilidades da instituição a incidentes, atendendo aos objetivos da segurança cibernética.

Usufruímos do gerenciamento do risco cibernético realizado pelo Controlador.

Gerimos os Riscos de Estratégia e de Reputação na BB DTVM utilizando a abordagem por indicadores. Essa abordagem reflete o nível de risco incorrido pela empresa em cada uma das suas dimensões e está alinhada ao Planejamento Estratégico e ao Plano Diretor da companhia. Os indicadores de controle possuem limites para monitorarmos seu cumprimento e assegurarmos o gerenciamento proativo da tomada de decisão.

Os Riscos Corporativos são reportados aos Comitês de Gestão de Riscos e Controles Internos da BB DTVM e ao Conselho de Administração da empresa.

Agradecimentos

Agradecemos a dedicação e o empenho de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança do acionista, dos clientes e da sociedade.



BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	31.12.2019	31.12.2018
CIRCULANTE		2.082.928	1.760.651
Disponibilidades	4	606	1.991
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		1.417.352	1.363.154
Aplicações no mercado aberto	5.a	1.417.352	1.363.154
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		45.955	24.270
Carteira própria	6.a	45.955	24.270
Outros Créditos		618.719	370.951
Rendas a receber	7.a	39.219	27.316
Negociação e intermediação de valores	7.b	448.139	226.634
Diversos	7.c	131.525	117.165
(Provisão para outros créditos)	7.d	(164)	(164)
Outros Valores e Bens		296	285
Despesas antecipadas		296	285
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		7.939	7.733
Outros Créditos		7.939	7.733
Diversos	7.c	8.679	8.468
(Provisão para outros créditos)	7.d	(740)	(735)
PERMANENTE		46.252	39.637
Investimentos	8	46.252	39.637
Outros investimentos		54.379	46.575
(Provisão para perdas)		(8.127)	(6.938)
TOTAL DO ATIVO		2.137.119	1.808.021



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.12.2019	31.12.2018
CIRCULANTE		2.003.108	1.675.324
Outras Obrigações		2.003.108	1.675.324
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		4.440	7.514
Sociais e estatutárias	9.a	716.734	594.055
Fiscais e previdenciárias	9.b	814.211	827.865
Negociação e intermediação de valores	9.c	447.126	227.038
Diversas	9.d	20.597	18.852
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		837	905
Outras Obrigações		837	905
Sociais e estatutárias	9.a	837	905
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		133.174	131.792
Capital		109.699	109.699
De domiciliados no País	12.a	109.699	109.699
Reserva de Capital	12.b	1.362	1.224
Reserva de Lucros	12.b	21.939	21.939
Ajustes de Avaliação Patrimonial	12.d	1.536	154
(Ações em Tesouraria)	12.e	(1.362)	(1.224)
TOTAL DO PASSIVO		2.137.119	1.808.021

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		33.467	61.482	58.840
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.b	33.467	61.482	58.840
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(16)	(5)	5
Constituição/Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.d	(16)	(5)	5
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		33.451	61.477	58.845
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS		1.144.725	2.221.717	2.018.180
Receitas de prestação de serviços	10.a	922.864	1.814.281	1.674.538
Rendas de tarifas bancárias	10.b	392.086	743.103	680.200
Despesas de pessoal	10.c	(51.886)	(100.856)	(95.970)
Outras despesas administrativas	10.d	(15.098)	(28.909)	(45.672)
Despesas tributárias	13.c	(89.393)	(173.706)	(160.995)
Outras receitas operacionais	10.e	12.263	14.957	8.699
Outras despesas operacionais	10.f	(26.111)	(47.153)	(42.620)
RESULTADO OPERACIONAL		1.178.176	2.283.194	2.077.025
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	11	(1.970)	(1.992)	(1.300)
Despesas não operacionais		(1.970)	(1.992)	(1.300)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		1.176.206	2.281.202	2.075.725
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13.a	(459.394)	(901.393)	(922.490)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(459.670)	(901.663)	(922.895)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		276	270	405
PARTICIPAÇÃO DE ADMINISTRADORES NO LUCRO		(915)	(2.004)	(2.674)
LUCRO LÍQUIDO		715.897	1.377.805	1.150.561
LUCRO POR AÇÃO				
Número de ações		100.000.000	100.000.000	100.000.000
Lucro líquido por ação (R\$)		7,16	13,78	11,51

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	Nota	Capital	Reserva de Capital	Reserva de Lucros Legal	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações em Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31.12.2017		109.699	979	21.939	--	(979)	--	131.638
Ajustes de avaliação patrimonial - TVM	12.d	--	--	--	154	--	--	154
Transações com pagamento baseado em ações		--	245	--	--	(245)	--	--
Lucro líquido do período		--	--	--	--	--	1.150.561	1.150.561
Destinações: - Dividendos (R\$ 11.505,62 por lote de mil ações)	12.c	--	--	--	--	--	(1.150.561)	(1.150.561)
Saldos em 31.12.2018		109.699	1.224	21.939	154	(1.224)	--	131.792
Mutações do exercício		--	245	--	154	(245)	--	154
Saldos em 30.06.2019		109.699	1.362	21.939	950	(1.362)	--	132.588
Ajustes de avaliação patrimonial - TVM	12.d	--	--	--	586	--	--	586
Lucro líquido do período		--	--	--	--	--	715.897	715.897
Destinações: - Dividendos (R\$ 5.931,50 por lote de mil ações)	12.c	--	--	--	--	--	(715.897)	(715.897)
Saldos em 31.12.2019		109.699	1.362	21.939	1.536	(1.362)	--	133.174
Mutações do período		--	--	--	586	--	--	586
Saldos em 31.12.2018		109.699	1.224	21.939	154	(1.224)	--	131.792
Ajustes de avaliação patrimonial - TVM	12.d	--	--	--	1.382	--	--	1.382
Transações com pagamento baseado em ações		--	138	--	--	(138)	--	--
Lucro líquido do período		--	--	--	--	--	1.377.805	1.377.805
Destinações: - Dividendos (R\$ 11.505,61 por lote de mil ações)	12.c	--	--	--	--	--	(1.377.805)	(1.377.805)
Saldos em 31.12.2019		109.699	1.362	21.939	1.536	(1.362)	--	133.174
Mutações do exercício		--	138	--	1.382	(138)	--	1.382

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES			
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.176.206	2.281.202	2.075.725
Ajustes ao Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	3.414	3.391	3.158
Reforço (Reversão) de provisões operacionais	16	5	(5)
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	1.189	1.189	1.355
Reforço de provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	239	227	508
Perdas em ações e cotas	1.970	1.970	1.300
Lucro Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.179.620	2.284.593	2.078.883
Variações Patrimoniais			
Redução em títulos para negociação	--	--	20.725
Aumento em outros créditos	(149.070)	(247.712)	(20.823)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(37)	(10)	93
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(57.419)	(882.586)	(806.134)
Aumento (Redução) de outras obrigações	129.085	197.825	(3.981)
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	1.102.179	1.352.110	1.268.763
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(Aquisição) Baixa/Alienação de títulos disponíveis para venda	3.292	(20.303)	(24.116)
Aquisição de investimentos	(9.774)	(9.774)	(8.498)
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(6.482)	(30.077)	(32.614)
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos	(669.019)	(1.269.220)	(1.100.325)
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(669.019)	(1.269.220)	(1.100.325)
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	426.678	52.813	135.824
Início do período	991.280	1.365.145	1.229.321
Fim do período	1.417.958	1.417.958	1.365.145
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	426.678	52.813	135.824

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Nota	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018		
RECEITAS		1.345.068	2.609.117	2.399.732		
Prestação de serviços e tarifas bancárias	10.a e 10.b	1.314.950	2.557.384	2.354.738		
Intermediação financeira	6.b	33.467	61.482	58.840		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – reversão / (constituição)	7.d	(16)	(5)	5		
Outras receitas / (despesas)		(3.333)	(9.744)	(13.851)		
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(25.420)	(48.308)	(62.122)		
Serviços do sistema financeiro	10.d	(2.588)	(4.158)	(19.784)		
Comunicações	10.d	(4.147)	(8.109)	(7.712)		
Transporte	10.d	(232)	(446)	(2.176)		
Manutenção e conservação de bens	10.d	(400)	(803)	(811)		
Materiais, energia e outros		(405)	(812)	(876)		
Serviços de terceiros		(34)	(62)	(55)		
Suporte operacional BB	10.f	(12.485)	(24.445)	(21.369)		
Outros		(5.129)	(9.473)	(9.339)		
VALOR ADICIONADO BRUTO		1.319.648	2.560.809	2.337.610		
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		1.319.648	2.560.809	2.337.610		
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		1.319.648	100,00%	2.560.809	100,00%	2.337.610
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO		1.319.648	100,00%	2.560.809	100,00%	2.337.610
PESSOAL		46.470	3,52%	90.450	3,53%	85.618
Proventos e honorários		33.925		65.806		60.371
Benefícios e treinamentos		4.868		9.325		8.041
FGTS		2.096		4.110		3.971
Participação de administradores no lucro		915		2.004		2.674
Outros encargos		4.666		9.205		10.561
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES		555.116	42,07%	1.087.508	42,47%	1.096.509
Federais		528.832		1.036.126		1.048.070
Municipais		26.284		51.382		48.439
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS		2.165	0,16%	5.046	0,20%	4.922
Aluguéis	10.d	2.165		5.046		4.922
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS		715.897	54,25%	1.377.805	53,80%	1.150.561
Dividendos		715.897		1.377.805		1.150.561

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



1 - A BB DTVM E SUAS OPERAÇÕES

A BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BB DTVM ou Instituição) é uma subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., constituída em 1986, regida, sobretudo, pela legislação das sociedades por ações e sua matriz está localizada na Praça XV de Novembro, 20 - 2º e 3º andares, Edifício Bolsa do Rio, Centro, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Tem por objeto a prática de operações inerentes a compra e venda de títulos e valores mobiliários, a instituição, organização e administração de fundos e clubes de investimento, a administração de carteiras e custódia de títulos e valores mobiliários, operações de conta margem, bem como outras atividades pertinentes a empresas da espécie, autorizadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Como parte integrante do Conglomerado Banco do Brasil, suas operações são conduzidas em um contexto que envolve um conjunto de empresas que atuam no mercado utilizando-se, de forma compartilhada, da infraestrutura tecnológica e administrativa dessas empresas. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas nesse contexto.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela BB DTVM, quando aplicável: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

A BB DTVM aplicou o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que não é conflitante com as normas do Bacen.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 18.02.2020.

Informações para Efeito de Comparabilidade

Foram realizadas, para efeito de comparabilidade, de forma a evidenciar melhor a essência das operações, a inclusão de saldos de partes relacionadas com rendas de serviços prestados a ligadas, por segmento (Nota 14).



3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pela BB DTVM são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

b) Receitas de Prestação de Serviços

As receitas de prestação de serviços da BB DTVM são compostas, principalmente, por rendas com taxas de administração de fundos de investimentos e carteiras administradas. A taxa de administração é calculada sobre o patrimônio líquido diário do fundo ou carteira, conforme percentual previsto no regulamento, e apropriada diariamente.

Além da taxa de administração, a Instituição pode receber, semestralmente, receitas de taxa de performance, desde que previsto no regulamento do fundo de investimento. Essa receita é obtida sobre uma parcela da rentabilidade do fundo que exceda a variação de um índice de desempenho previamente determinado.

c) Mensuração a Valor Presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle da BB DTVM, estão mensurados a valor presente, uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em operações compromissadas – posição bancada, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias (Nota 4).

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável (Nota 5).

f) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Os títulos e valores mobiliários (Nota 6) adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração da BB DTVM, em três categorias distintas, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001:

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que a BB DTVM tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.



A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, a divulgação de preço indicativo pela Anbima, ou a relação entre o PU e o valor de negócio mais recente nos últimos 30 dias, ou ainda o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de risco de crédito, valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas e instrumentos financeiros semelhantes.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento, que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

g) Provisão para Outros Créditos

As provisões para outros créditos foram constituídas em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, observando o valor de mercado (Nota 7.d).

h) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda – IR (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	15%
PIS/Pasep	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários - Nota 13.e) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN n.º 3.355/2006, CMN n.º 4.192/2013 e CMN n.º 4.441/2015, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço à BB DTVM ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

j) Ativo Permanente

Investimentos: os investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas por desvalorização (imparidade), quando aplicável (Nota 8).

k) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

A BB DTVM avalia, com base em fontes internas e externas, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, a BB DTVM estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

No mínimo anualmente, para a realização do teste de redução ao valor recuperável, a BB DTVM elabora estudo para verificar se existe indicação de desvalorização de ativos alcançados pelo CPC 01, segundo critérios técnicos definidos pela Administração.



Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por desvalorização, reconhecida na Demonstração do Resultado, em Outras Despesas Operacionais.

Com a finalidade de aderência ao teste de imparidade, a BB DTVM elaborou metodologia específica para a aplicação nos certificados de investimento audiovisuais (CAV). Tal metodologia foi elaborada internamente principalmente em razão da ausência de referências no mercado e tem, como foco central, o ciclo de vida dos certificados e os possíveis benefícios por eles gerados.

l) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009 (Nota 16).

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

Considera-se para cálculo do valor provável de condenação, o valor indenizatório pretendido, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

m) Outros Ativos e Passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

n) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da BB DTVM é o Real (R\$).

o) Gerenciamento de Riscos

A Administração da BB DTVM adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As disponibilidades e as aplicações financeiras são mantidas e realizadas com o seu controlador, o que minimiza o risco de crédito dos ativos da empresa, bem como proporciona o alinhamento às políticas de gerenciamento de riscos adotadas pelo Conglomerado Banco do Brasil.



4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2019	31.12.2018
Disponibilidades	606	1.991
Depósitos bancários	606	1.991
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	1.417.352	1.363.154
Aplicações no mercado aberto – revendas a liquidar – posição bancada	1.417.352	1.363.154
Total	1.417.958	1.365.145

(1) Referem-se às operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e que apresentam baixo risco de mudança de valor justo.

5 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	31.12.2019	31.12.2018
Aplicações no Mercado Aberto		
Revendas a Liquidar – posição bancada	1.417.352	1.363.154
Letras Financeiras do Tesouro	1.417.352	1.173.140
Notas do Tesouro Nacional	--	190.014
Total	1.417.352	1.363.154
Ativo circulante	1.417.352	1.363.154

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Rendas de Aplicações Compromissadas	32.138	59.146	59.930
Posição bancada	32.138	59.146	59.930
Total	32.138	59.146	59.930



6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Vencimento em Dias	31.12.2019					31.12.2018		
	Valor de Mercado		Total			Total		
	Sem Vencimento	Acima de 360	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado
Títulos Disponíveis para Venda	45.955	--	43.270	45.955	2.685	24.000	24.270	270
Títulos Públicos	10.470	--	10.270	10.470	200	--	--	--
Títulos Públicos Federais	10.470	--	10.270	10.470	200	--	--	--
Títulos Privados	35.485	--	33.000	35.485	2.485	24.000	24.270	270
Cotas de fundos de investimento	35.485	--	33.000	35.485	2.485	24.000	24.270	270
Total	45.955	--	43.270	45.955	2.685	24.000	24.270	270

Vencimento em Dias	31.12.2019					31.12.2018		
	Valor de Mercado		Total			Total		
	Sem Vencimento	Acima de 360	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado
Por Carteira	45.955	--	43.270	45.955	2.685	24.000	24.270	270
Carteira própria	45.955	--	43.270	45.955	2.685	24.000	24.270	270

Vencimento em Anos ⁽¹⁾	31.12.2019			31.12.2018		
	Valor de Mercado	Total		Valor de Mercado	Total	
	Sem Vencimento	Valor de Custo	Valor de Mercado	Sem Vencimento	Valor de Custo	Valor de Mercado
Por Categoria	45.955	43.270	45.955	24.270	24.000	24.270
Títulos disponíveis para venda	45.955	43.270	45.955	24.270	24.000	24.270

(1) A BB DTVM não possui investimentos a vencer após 10 anos.

	31.12.2019			31.12.2018		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Longo Prazo	Total	Circulante	Longo Prazo	Total
Por Carteira	45.955	--	45.955	24.270	--	24.270
Carteira própria	45.955	--	45.955	24.270	--	24.270



Saldo contábil da carteira, considerando a marcação a mercado:

	31.12.2019		31.12.2018	
Total por Categoria	45.955	100%	24.270	100%
Títulos disponíveis para venda	45.955	100%	24.270	100%

Os investimentos em cotas de fundos de investimento estão representados pelos seguintes fundos:

Nome do Fundo	Administrador	31.12.2019		31.12.2018	
		Quantidade de Cotas	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Títulos Disponíveis para Venda					
BB Previdenciário Multimercado Alocação Imobiliária FI	BB DTVM	5.000.000	5.000	6.691	--
BB Espelho MM Truxt I Macro Estilo	BB DTVM	5.000.000	5.000	5.171	--
BB Asset MM LP Multiestratégia	BB DTVM	3.000.000	3.000	3.101	--
BB Asset RF LP Bonds Globais	BB DTVM	3.000.000	3.000	3.045	--
BB Asset Ações Equidade FIC	BB DTVM	2.000.000	2.000	2.333	--
BB MM Multigestor Selection FIC FI	BB DTVM	3.000.000	3.000	3.064	--
BB RF Estratégia Ativa	BB DTVM	10.000.000	10.000	10.031	--
BB Espelho Multimercado Kapitalo Kappa	BB DTVM	2.000.000	2.000	2.049	--
BB RF LP Crédito Privado Estilo FIC	BB DTVM	--	--	--	10.032
BB Espelho MM Gávea Macro Estilo	BB DTVM	--	--	--	2.960
BB Espelho MM SPX Nimitz Estilo	BB DTVM	--	--	--	2.905
BB Previdenciário Ações Valor FICFI	BB DTVM	--	--	--	5.302
BB Espelho MM Bahia AM Marau Estilo	BB DTVM	--	--	--	3.071
Total		33.000.000	33.000	35.485	24.270
Títulos Mantidos até o Vencimento					
FIDC BB Votorantim Highland Infraestrutura ⁽¹⁾	BB DTVM	5.742	--	--	--
Total		5.742	--	--	--

(1) FIDC BB Votorantim Highland Infraestrutura teve o saldo integralmente desvalorizado em 30.09.2017.

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.b)	32.138	59.146	59.930
Aplicações em fundos de investimento	1.329	2.336	(1.090)
Total	33.467	61.482	58.840

c) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários em 31.12.2019 e 31.12.2018.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos

Não havia instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31.12.2019 e 31.12.2018.

e) Determinação do Valor Justo

Títulos e Valores Mobiliários: Contabilizados pelo valor de mercado, em conformidade com o estabelecido pela Circular Bacen n.º 3.068/2001. A apuração do valor justo dos títulos é dada com base nas taxas coletadas junto ao mercado.

f) Valor dos Ativos e Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo, por nível de hierarquia

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pela Instituição são as seguintes:



Nível 1 - são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 - são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 - são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, a Instituição estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

	31.12.2019			
	Saldo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	45.955	--	45.955	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	45.955	--	45.955	--

	31.12.2018			
	Saldo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	24.270	--	24.270	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	24.270	--	24.270	--

7 - OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a Receber

	31.12.2019	31.12.2018
Bônus de <i>performance</i>	14.066	4.393
Taxa de administração mensal de fundos	10.867	10.251
Taxa de administração diária de fundos	9.065	8.456
Distribuição de cotas	2.067	1.371
Taxa de administração de carteiras	2.008	1.674
Taxa de administração de fundos - outros bancos	767	1.062
Taxa de administração de fundos <i>offshore</i>	192	109
Taxa de Gestão de Fundos	187	--
Total	39.219	27.316
Ativo circulante	39.219	27.316

b) Negociação e Intermediação de Valores

	31.12.2019	31.12.2018
Devedores – liquidações pendentes – pessoas físicas e jurídicas ⁽¹⁾	448.139	226.634
Total	448.139	226.634
Ativo circulante	448.139	226.634

(1) Incluem saldos devedores de clientes face à realização de operações em bolsa pendentes de liquidação junto a pessoas físicas e jurídicas.



c) Diversos

	31.12.2019	31.12.2018
Devedores por depósitos em garantia ⁽¹⁾ (Nota 16.d)	61.918	59.412
Impostos e contribuições a compensar ⁽²⁾	54.291	43.366
Valores a receber de sociedades ligadas	13.031	12.846
Ativo fiscal diferido – crédito tributário (Nota 13.e)	7.845	7.633
Devedores diversos – País	2.285	1.541
Opções por incentivos fiscais	834	835
Total	140.204	125.633
Ativo circulante	131.525	117.165
Ativo realizável a longo prazo	8.679	8.468

(1) Os valores de devedores por depósitos em garantia (depósitos judiciais para interposição de recursos fiscais) referem-se, principalmente, a procedimentos relacionados às ações anulatórias de débitos fiscais de ISSQN e IRPJ.

(2) Inclui o valor de R\$ 25.297 mil (R\$ 23.463 mil em 31.12.2018) referente à ativação de imposto de renda (indébito tributário do ILL), decorrente de decisão transitada em julgado determinando o direito líquido e certo da compensação do tributo recolhido indevidamente.

d) Movimentação da Provisão para Outros Créditos sem Característica de Concessão de Crédito

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Saldo Inicial	888	899	904
Constituição/Reversão	16	5	(5)
Saldo Final ⁽¹⁾	904	904	899
Ativo circulante	164	164	164
Ativo realizável a longo prazo	740	740	735

(1) Provisão constituída, principalmente, em função da desvalorização das cotas de investimentos oriundos de incentivos fiscais Finam e Finor - R\$ (740) mil (R\$ (735) mil em 31.12.2018), de acordo com as cotações divulgadas pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB, para o Finor, e pelo Banco da Amazônia S.A. - Basa, para o Finam.

8 - INVESTIMENTOS

	31.12.2019	31.12.2018
Certificados de investimento	52.360	44.556
Ações e cotas ⁽¹⁾	2.000	2.000
Participações de capital por incentivos fiscais	19	19
Subtotal	54.379	46.575
Provisão para perdas em investimentos	(8.127)	(6.938)
Total	46.252	39.637

(1) Refere-se a aquisição de 20.000 cotas do Fundo de Investimento Liquidez Câmara BM&F Bovespa Multimercado (FILCB).

9 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e Estatutárias

	31.12.2019	31.12.2018
Dividendos e bonificações a pagar	715.897	593.150
Provisão para participações nos lucros	1.384	1.427
Gratificações e participações a pagar	290	383
Total	717.571	594.960
Passivo circulante	716.734	594.055
Passivo exigível a longo prazo	837	905



b) Fiscais e Previdenciárias

	31.12.2019	31.12.2018
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	762.938	781.683
Impostos e contribuições a recolher ⁽¹⁾	50.124	46.009
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 13.e)	1.149	173
Total	814.211	827.865
Passivo circulante	814.211	827.865

(1) Inclui o valor de R\$ 15.755 mil (R\$ 15.712 mil em 31.12.2018) relativo ao Imposto de Renda retido na fonte sobre os ganhos auferidos pelos cotistas dos fundos de investimento.

c) Negociação e Intermediação de Valores

	31.12.2019	31.12.2018
Credores – liquidações pendentes – pessoas físicas e jurídicas ⁽¹⁾	446.442	226.565
Credores – liquidações pendentes – outros ⁽²⁾	684	473
Total	447.126	227.038
Passivo circulante	447.126	227.038

(1) Incluem saldos credores de clientes face à realização de operações em bolsa pendentes de liquidação junto a pessoas físicas e jurídicas.

(2) Incluem saldos credores de clientes face à realização de operações em bolsa pendentes de liquidação junto a instituições do mercado/outros.

d) Diversas

	31.12.2019	31.12.2018
Valores a pagar a sociedades ligadas	13.711	12.118
Provisão para contingências (Nota 16.b)	6.705	6.478
Fiscais	5.721	5.975
Trabalhistas	784	243
Cíveis	200	260
Credores diversos - País	146	241
Provisão para pagamentos a efetuar	35	15
Total	20.597	18.852
Passivo circulante	20.597	18.852



10 - OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

a) Receitas de Prestação de Serviços

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Administração de fundos de investimento ⁽¹⁾	857.150	1.693.527	1.588.962
Fundos de rede	606.623	1.230.553	1.166.776
Fundos exclusivos	235.159	438.385	403.575
Fundos extramercado	9.255	17.803	16.608
Fundos de capital estrangeiro	6.113	6.786	2.003
Bônus de <i>performance</i>	15.854	30.523	9.920
Distribuição de cotas de fundos de investimento ⁽²⁾	16.747	26.970	17.304
Serviços prestados a ligadas	12.859	24.514	24.190
Administração de carteiras	11.843	22.263	20.923
Taxa de saída	5.555	11.081	9.752
Gestão de fundos de investimento	1.276	2.512	2.919
Taxas de gestão recebidas do exterior	1.273	2.324	--
Taxa de rebate	--	--	119
Outras	307	567	449
Total	922.864	1.814.281	1.674.538

(1) Refere-se às taxas de administração incidentes sobre o patrimônio dos fundos administrados.

(2) Refere-se às rendas de comissões pela prestação de serviços de colocação (distribuição) de cotas por conta e ordem dos fundos de investimento.

b) Rendas de Tarifas Bancárias

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Rendas de serviços diferenciados – pessoas físicas	392.086	743.103	680.200
Total	392.086	743.103	680.200

c) Despesas de Pessoal

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Proventos	(31.595)	(61.161)	(56.259)
Encargos sociais	(13.093)	(25.725)	(27.559)
Benefícios	(4.270)	(8.327)	(6.987)
Honorários	(2.017)	(4.099)	(3.590)
Outras	(911)	(1.544)	(1.575)
Total	(51.886)	(100.856)	(95.970)



d) Outras Despesas Administrativas

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Comunicações	(4.147)	(8.109)	(7.712)
Aluguéis	(2.165)	(5.046)	(4.922)
Serviços do sistema financeiro ⁽¹⁾	(2.588)	(4.158)	(19.784)
Contribuições filantrópicas ⁽²⁾	(1.518)	(2.780)	(4.296)
Condomínio	(951)	(1.943)	(1.684)
Promoções e relações públicas	(714)	(1.281)	(1.015)
Despesas de viagem no país	(777)	(1.233)	(1.577)
Serviços técnicos especializados	(664)	(1.054)	(1.193)
Manutenção e conservação de bens	(400)	(803)	(811)
Água, energia e gás	(337)	(646)	(675)
Transporte	(232)	(446)	(599)
Processamento de dados	(118)	(286)	(327)
Outras	(487)	(1.124)	(1.077)
Total	(15.098)	(28.909)	(45.672)

(1) Referem-se, principalmente, à despesa de custódia e controladoria.

(2) Doações a projetos sociais coordenados pela Fundação Banco do Brasil (FBB).

e) Outras Receitas Operacionais

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Variações monetárias ativas	8.288	8.291	360
Devedores por depósitos em garantia	1.192	2.507	2.678
Indébito tributário - ILL ⁽¹⁾	1.187	1.834	2.057
Reversão de provisão para ajustes a valor recuperável - CPC 01	1.576	1.576	1.040
Reversão/Baixa de provisões para contingências (Nota 16.b)	--	701	2.477
Outras	20	48	87
Total	12.263	14.957	8.699

(1) Refere-se à atualização monetária de receita de recuperação de despesa de imposto de renda (indébito tributário – ILL) decorrente de decisão transitada em julgado determinando o direito líquido e certo da compensação do tributo recolhido indevidamente.

f) Outras Despesas Operacionais

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Banco do Brasil – suporte operacional	(12.485)	(24.445)	(21.369)
Variações monetárias passivas ⁽¹⁾	(7.114)	(14.167)	(12.914)
Patrocínio à cultura	(3.090)	(3.090)	(2.100)
Provisão para ajustes a valor recuperável - CPC 01	(2.765)	(2.765)	(2.395)
Despesas por Compensação - Semestres Anteriores	(8)	(994)	--
Provisão para contingências (Nota 16.b)	(239)	(928)	(2.985)
Contribuições a entidades de classe	(261)	(555)	(606)
Outras	(149)	(209)	(251)
Total	(26.111)	(47.153)	(42.620)

(1) Referem-se principalmente à atualização, pela taxa Selic, dos dividendos devidos ao Banco do Brasil S.A.



11 - RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Despesas não Operacionais	(1.970)	(1.992)	(1.300)
Prejuízo em ações e cotas	(1.970)	(1.970)	(1.300)
Outras despesas não operacionais	--	(22)	--
Total	(1.970)	(1.992)	(1.300)

12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social de R\$ 109.699 mil, em 31.12.2019 e 31.12.2018, totalmente subscrito e integralizado, está dividido em 100.000.000 de ações ordinárias, representadas na forma escritural e sem valor nominal. O patrimônio líquido de R\$ 133.174 mil (R\$ 131.792 mil em 31.12.2018) corresponde a um valor patrimonial de R\$ 1,33 por ação (R\$ 1,32 em 31.12.2018). O lucro por ação foi calculado dividindo-se o lucro líquido pelo número de ações ordinárias totais.

b) Reservas de Capital e de Lucros

	31.12.2019	31.12.2018
Reserva de Capital	1.362	1.224
Transações com pagamento baseado em ações	1.362	1.224
Reserva de Lucros	21.939	21.939
Reserva legal	21.939	21.939

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A BB DTVM deixou de constituir reserva legal (5% sobre o lucro líquido) por já ter essa reserva atingido o limite de 20% do capital social, segundo determina o artigo 193 da Lei n.º 6.404/1976.

c) Dividendos e Distribuição do Lucro Líquido

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Lucro Líquido do Período	715.897	1.377.805	1.150.561
Base de Cálculo	715.897	1.377.805	1.150.561
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	178.974	344.451	287.641
Dividendo adicional	536.923	1.033.354	862.920
Total Destinado ao Acionista	715.897	1.377.805	1.150.561
Saldo do Lucro Líquido após Destinações	--	--	--

Os dividendos por ação são calculados por lote de mil ações, baseado no valor destinado semestralmente para distribuição, dividindo-se o saldo pelo número de ações ordinárias totais.



d) Ajustes de Avaliação Patrimonial de TVM Reconhecidos no Patrimônio Líquido

	2º Semestre/2019			2º Semestre/2018		
	30.06.2019 Saldo	Movimentação	31.12.2019 Saldo	30.06.2018 Saldo	Movimentação	31.12.2018 Saldo
Títulos disponíveis para venda						
Próprios	1.661	1.024	2.685	29	241	270
Efeitos tributários	(711)	(438)	(1.149)	(12)	(104)	(116)
Total	950	586	1.536	17	137	154

	Exercício/2019			Exercício/2018		
	31.12.2018 Saldo	Movimentação	31.12.2019 Saldo	31.12.2017 Saldo	Movimentação	31.12.2018 Saldo
Títulos disponíveis para venda						
Próprios	270	2.415	2.685	--	270	270
Efeitos tributários	(116)	(1.033)	(1.149)	--	(116)	(116)
Total	154	1.382	1.536	--	154	154

e) Ações em Tesouraria

Em março de 2019, foram adquiridas 14.218 ações do Banco do Brasil S.A., todas colocadas em tesouraria para atender ao Programa de Remuneração Variável 2018 para a Diretoria da BB DTVM (Nota 12.f). Para esse programa foi realizada a transferência imediata de 2.850 ações, correspondente a 20% das ações, aos membros da Diretoria. Além disso, também foram transferidas 5.412 ações relativas à 4ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2014, 5.220 ações relativas à 3ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2015, 2.078 ações relativas à 2ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2016 e 4.052 ações relativas à 1ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2017.

Em março de 2018, foram adquiridas 19.073 ações do Banco do Brasil S.A., todas colocadas em tesouraria para atender ao Programa de Remuneração Variável 2017 para a Diretoria da BB DTVM (Nota 12.f). Também foram remarcadas 1.197 ações pertencentes ao Programa de Remuneração Variável 2012 para o Programa de 2017. Para esse programa foi realizada a transferência imediata de 4.062 ações, correspondente a 20% das ações, aos membros da Diretoria. Além disso, também foram transferidas 5.220 ações relativas à 2ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2015. Em abril de 2018, foram transferidas 4.907 ações relativas à 4ª parcela do Programa de 2013, 5.412 ações relativas à 3ª parcela do Programa de 2014 e 2.078 ações relativas à 1ª parcela do Programa de Remuneração Variável de 2016.

A empresa detém 32.900 ações (38.294 ações em 31.12.2018) correspondente ao saldo de R\$ 1.362 mil (R\$ 1.224 mil em 31.12.2018).

f) Pagamento Baseado em Ações

O Programa de Remuneração Variável da BB DTVM foi elaborado sob vigência da Resolução CMN n.º 3.921/2010, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras. A resolução determina que no mínimo 50% da remuneração variável seja paga em ações ou instrumentos baseados em ações, e que pelo menos 40% da remuneração seja diferida para pagamento futuro, com prazo mínimo de três anos, em função dos riscos e da atividade dos administradores. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.



Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:

	Total de ações adquiridas	Custo médio de aquisição	Ações distribuídas	Ações a distribuir	Cronograma estimado de transferências
Programa 2015	26.109	19,92	20.889	5.220	03/2020
Subtotal				5.220	
Programa 2016	10.397	32,84	6.241	2.078	03/2020
				2.078	03/2021
Subtotal				4.156	
Programa 2017 ⁽¹⁾	20.270	42,65	8.114	4.052	03/2020
				4.052	03/2021
				4.052	03/2022
Subtotal				12.156	
Programa 2018	14.218	53,44	2.850	2.842	03/2020
				2.842	03/2021
				2.842	03/2022
				2.842	03/2023
Subtotal				11.368	
Total				32.900	

(1) As 1.197 ações, adquiridas ao custo médio de R\$ 26,78, que foram marcadas como pertencentes ao Programa RVA 2012, foram destinadas para utilização no Programa RVA 2017.



13 - TRIBUTOS

a) Demonstração das Despesas de IR e CSLL

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Valores Correntes	(459.670)	(901.663)	(922.895)
IR e CSLL no País	(459.670)	(901.663)	(922.895)
Valores Diferidos	276	270	405
Ativo Fiscal Diferido	276	270	405
Diferenças intertemporais	276	270	405
Total	(459.394)	(901.393)	(922.490)

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Resultado antes dos Tributos e Participações	1.176.206	2.281.202	2.075.725
Encargo total do IR (25%) e CSLL (15%) ⁽¹⁾	(470.482)	(912.481)	(934.076)
Outros valores	11.088	11.088	11.586
IR e CSLL do período	(459.394)	(901.393)	(922.490)

(1) A CSLL sofreu redução da alíquota de 20% para 15% a partir de janeiro/2019, conforme disposições da Lei nº 13.169/2015.

c) Despesas Tributárias

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Cofins	(54.268)	(105.087)	(96.685)
ISSQN	(26.274)	(51.113)	(48.211)
PIS/Pasep	(8.819)	(17.077)	(15.711)
Outras	(32)	(429)	(388)
Total	(89.393)	(173.706)	(160.995)

d) Passivo Fiscal Diferido

	31.12.2019	31.12.2018
Decorrentes de Marcação a Mercado	1.149	173
Total das obrigações fiscais diferidas	1.149	173
Imposto de Renda	640	96
Contribuição Social	384	58
Cofins	108	16
PIS/Pasep	17	3



e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

Ativado	31.12.2018	Exercício 2019		31.12.2019
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
Diferenças Temporárias	7.633	694	(482)	7.845
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	110	7	(6)	111
Provisões passivas	2.591	356	(265)	2.682
Marcação a mercado	58	153	(211)	--
Provisão para perdas permanentes	3.558	--	--	3.558
Outras provisões ⁽¹⁾	1.316	178	--	1.494
Total dos Créditos Tributários Ativados	7.633	694	(482)	7.845
Imposto de Renda	4.047	308	(283)	4.072
Contribuição Social	3.580	369	(176)	3.773
Cofins	5	15	(20)	--
Pis/Pasep	1	2	(3)	--

(1) Principalmente certificados de investimentos.

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico, atualizado por ocasião da publicação anual, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação para o período de apuração.

	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2019	--	--
Em 2020	--	--
Em 2021	--	--
Em 2022	765	658
Em 2023	1.345	1.082
Em 2024	1.591	1.197
Em 2025	1.492	1.048
Em 2026	1.160	763
Em 2027	761	468
Em 2028	422	243
Em 2029	309	165
Total de créditos tributários em 31.12.2019	7.845	5.624

No Exercício/2019, observou-se a realização de créditos tributários na BB DTVM no montante de R\$ 482 mil.



14 - PARTES RELACIONADAS

Os custos com remunerações e outros benefícios de curto prazo atribuídos à Diretoria da BB DTVM no 2º Semestre/2019 e no Exercício/2019 foram, respectivamente, de R\$ 2.330 mil e R\$ 4.609 mil (R\$ 2.036 mil no 2º Semestre/2018 e R\$ 4.580 mil no Exercício/2018) e ao Conselho de Administração no 2º Semestre/2019 e no Exercício/2019 foram, respectivamente, de R\$ 120 mil e R\$ 279 mil (R\$ 176 mil no 2º Semestre/2018 e R\$ 269 mil no Exercício/2018). Além disso, apesar do reduzido grau de risco a que estão sujeitos, a BB DTVM contrata seguro de vida e acidentes pessoais coletivo para a Diretoria Executiva.

De acordo com a política de remuneração variável da BB DTVM, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.921/2010, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 12.f).

A BB DTVM não concedeu empréstimos ao Pessoal Chave da Administração no período.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. No 2º Semestre/2019 e no Exercício/2019 respectivamente, a BB DTVM realizou contribuições para a FBB no valor de R\$ 1.518 mil e R\$ 2.780 mil (R\$ 2.751 mil no 2º Semestre/2018 e R\$ 4.296 mil no Exercício/2018) (Nota 10.d).

A BB DTVM realiza, principalmente com seu controlador, o Banco do Brasil S.A., transações bancárias, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados) e aplicações em operações compromissadas. Há, ainda, contratos de prestação de serviços, de garantias prestadas e convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.



Sumário das Transações com Partes Relacionadas

	31.12.2019			Total
	Controlador	Outras Partes Relacionadas	Pessoal-chave da administração	
Ativos				
Disponibilidades (Nota 4)	606	--	--	606
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.a)	1.417.352	--	--	1.417.352
Rendas a receber de administração de carteiras ⁽¹⁾	--	1.103	--	1.103
Valores a receber de sociedades ligadas ⁽²⁾ (Nota 7.c)	--	13.031	--	13.031
Passivos				
Dividendos e bonificações a pagar (Nota 9.a)	715.897	--	--	715.897
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 9.d)	13.711	--	--	13.711
2º Semestre/2019				
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.b)	32.138	--	--	32.138
Rendas de taxas de administração de carteiras ⁽¹⁾	--	6.376	--	6.376
Rendas de serviços prestados a ligadas - por Segmentos:				
Seguros, Previdência e Capitalização ⁽³⁾	--	143.926	--	143.926
Investimentos ⁽⁴⁾	--	12.865	--	12.865
Meios de Pagamento ⁽⁵⁾	--	404	--	404
Outros ⁽⁶⁾	--	48	--	48
Rendas de serviços prestados a Entidades Patrocinadas ⁽⁷⁾	--	2.936	--	2.936
Rendas de serviços prestados ao Pessoal-chave da administração	--	--	11	11
Despesas tributárias	(31)	--	--	(31)
Despesas de pessoal	(51.386)	--	--	(51.386)
Despesas administrativas diversas	(10.428)	--	--	(10.428)
Despesas de serviço do sistema financeiro - custódia e controladoria	(2.164)	--	--	(2.164)
Banco do Brasil - suporte operacional (Nota 10.f)	(12.485)	--	--	(12.485)
Variações monetárias passivas (Nota 10.f)	(7.114)	--	--	(7.114)
Outras despesas operacionais	(196)	--	--	(196)
Exercício/2019				
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.b)	59.146	--	--	59.146
Rendas de taxas de administração de carteiras ⁽¹⁾	--	12.084	--	12.084
Rendas de serviços prestados a ligadas - por Segmentos:				
Seguros, Previdência e Capitalização ⁽³⁾	--	270.660	--	270.660
Investimentos ⁽⁴⁾	--	24.523	--	24.523
Meios de Pagamento ⁽⁵⁾	--	791	--	791
Outros ⁽⁶⁾	--	94	--	94
Rendas de serviços prestados a Entidades Patrocinadas ⁽⁷⁾	--	5.827	--	5.827
Rendas de serviços prestados ao Pessoal-chave da administração	--	--	11	11
Despesas tributárias	(415)	--	--	(415)
Despesas de pessoal	(99.968)	--	--	(99.968)
Despesas administrativas diversas	(20.505)	--	--	(20.505)
Despesas de serviço do sistema financeiro - custódia e controladoria	(3.365)	--	--	(3.365)
Banco do Brasil - suporte operacional (Nota 10.f)	(24.445)	--	--	(24.445)
Variações monetárias passivas (Nota 10.f)	(14.167)	--	--	(14.167)
Outras despesas operacionais	(436)	--	--	(436)



31.12.2018				
	Controlador	Outras Partes Relacionadas	Pessoal-chave da administração	Total
Ativos				
Disponibilidades (Nota 4)	1.991	--	--	1.991
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.a)	1.363.154	--	--	1.363.154
Rendas a receber de administração de carteiras ⁽¹⁾	--	1.013	--	1.013
Valores a receber de sociedades ligadas ⁽²⁾ (Nota 7.c)	--	12.846	--	12.846
Passivos				
Dividendos e bonificações a pagar (Nota 9.a)	593.150	--	--	593.150
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 9.d)	12.118	--	--	12.118
2º Semestre/2018				
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.b)	34.351	--	--	34.351
Rendas de taxas de administração de carteiras ⁽¹⁾	--	6.701	--	6.701
Rendas de serviços prestados a ligadas - por Segmentos:				
Seguros, Previdência e Capitalização ⁽³⁾	--	124.713	--	124.713
Investimentos ⁽⁴⁾	--	12.678	--	12.678
Meios de Pagamento ⁽⁵⁾	--	331	--	331
Outros ⁽⁶⁾	--	44	--	44
Rendas de serviços prestados a Entidades Patrocinadas ⁽⁷⁾	--	5.453	--	5.453
Despesas tributárias	(128)	--	--	(128)
Despesas de pessoal	(49.436)	--	--	(49.436)
Despesas administrativas diversas	(10.647)	--	--	(10.647)
Despesas de serviço do sistema financeiro - custódia e controladoria	(3.289)	--	--	(3.289)
Banco do Brasil - suporte operacional (Nota 10.f)	(10.606)	--	--	(10.606)
Variações monetárias passivas (Nota 10.f)	(6.233)	--	--	(6.233)
Outras despesas operacionais	(237)	--	--	(237)
Exercício/2018				
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.b)	59.930	--	--	59.930
Rendas de taxas de administração de carteiras ⁽¹⁾	--	13.232	--	13.232
Rendas de serviços prestados a ligadas - por Segmentos:				
Seguros, Previdência e Capitalização ⁽³⁾	--	252.668	--	252.668
Investimentos ⁽⁴⁾	--	24.203	--	24.203
Meios de Pagamento ⁽⁵⁾	--	626	--	626
Outros ⁽⁶⁾	--	90	--	90
Rendas de serviços prestados a Entidades Patrocinadas ⁽⁷⁾	--	10.440	--	10.440
Despesas tributárias	(344)	--	--	(344)
Despesas de pessoal	(94.956)	--	--	(94.956)
Despesas administrativas diversas	(20.751)	--	--	(20.751)
Despesas de serviço do sistema financeiro - comissões ⁽⁸⁾	--	11	--	11
Despesas de serviço do sistema financeiro - custódia e controladoria	(18.537)	--	--	(18.537)
Banco do Brasil - suporte operacional (Nota 10.f)	(21.369)	--	--	(21.369)
Variações monetárias passivas (Nota 10.f)	(12.914)	--	--	(12.914)
Outras despesas operacionais	(530)	--	--	(530)

(1) Refere-se a empresas do grupo BB Seguros (Companhia de Seguros Aliança do Brasil, Aliança do Brasil Seguros, Brasilveículos e Mapfre Vida).

(2) Refere-se ao BB Banco de Investimento S.A. e ao BAMB – Brazilian American Merchant Bank.

(3) Refere-se ao BB Seguros Participações S.A. e coligadas Brasilprev Seguros e Previdência S.A., Brasilcap Capitalização S.A., IRB Brasil Resseguros S.A., Aliança do Brasil Seguros S.A., BB Mapfre Assistência S.A., BB Mapfre SH1 Participações S.A., Brasilveículos Companhia de Seguros, Cia de Seguros Aliança do Brasil, Mapfre BB SH2 Participações S.A. e Mapfre Seguros Gerais S.A.

(4) Refere-se ao BB Banco de Investimento S.A. e coligadas Kepler Weber e Kepler Weber Industrial S.A.

(5) Refere-se ao BB Elo Cartões Participações S.A. e coligadas Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A., Cielo S.A., Companhia Brasileira de Soluções e Serviços CBSS (Alelo), Elo Participações Ltda, Elo Serviços S.A., IBI Promotora de Vendas Ltda., Livelos S.A. e Stelo S.A.

(6) Refere-se à Fundação Banco do Brasil.

(7) Refere-se às Entidades Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ, Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil – Cassi, Economus - Instituto de Seguridade Social e BEP Caixa de Previdência Social – Prevbep.

(8) Outras partes relacionadas refere-se ao BB Securities Ásia.



15 - REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

O quadro de pessoal da BB DTVM é composto exclusivamente por funcionários do Banco do Brasil cedidos por meio de convênio de cessão. A cessão dá-se na forma de disponibilidade sem ônus para o Banco e inclui o exercício de funções dos níveis Diretivo, Gerencial e outros cargos de confiança. O Banco continua processando a folha de pagamento dos funcionários cedidos, mediante ressarcimento mensal pela Subsidiária de todos os custos decorrentes (Nota 14).

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração (Em Reais):

	31.12.2019	31.12.2018
Número de funcionários cedidos pelo Banco do Brasil S.A. (dotação)	292	292
Menor salário	3.415,11	3.386,59
Maior salário	37.930,12	36.362,88
Salário médio	15.881,76	15.124,90
Dirigentes		
Presidente	61.564,83	61.564,83
Diretor	52.177,45	52.177,45
Conselheiros		
Conselho Fiscal	5.906,80	5.906,80
Conselho de Administração	5.906,80	5.906,80

16 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis, conforme CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009.

b) Provisões para Demandas Fiscais, Cíveis e Trabalhistas – Prováveis

Em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009, a BB DTVM constitui provisão para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas com risco de perda "provável".

Ações Fiscais

As demandas fiscais referem-se a procedimentos administrativos e judiciais iniciados, principalmente, pela Fazenda Nacional e Delegacia da Receita Federal, relativos a não retenção/recolhimento de tributos, e pelos municípios, que questionam a incidência de ISSQN sobre atividades da empresa.

Ações Cíveis

As ações de natureza cível movidas contra a BB DTVM referem-se a pedidos de indenização em razão da aplicação do Código de Defesa do Consumidor, bem como a cobrança de diferenças de rendimentos.

Ações Trabalhistas

A entidade é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados, sindicatos da categoria ou ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (terceirizados). Esses processos contêm vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de gratificação de função e outros.



Movimentações na provisão para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas classificadas como prováveis

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Demandas Fiscais			
Saldo Inicial	5.540	5.975	5.599
Constituição	71	71	2.165
Reversão de provisão	--	(609)	(309)
Baixa por pagamento	--	--	(1.851)
Atualização Monetária	110	284	371
Saldo Final	5.721	5.721	5.975
Demandas Cíveis			
Saldo Inicial	183	260	371
Constituição	11	21	190
Reversão de provisão	--	(92)	(304)
Baixa por pagamento	--	--	(13)
Atualização Monetária	6	11	16
Saldo Final	200	200	260
Demandas Trabalhistas			
Saldo Inicial	743	243	--
Constituição	--	472	241
Atualização Monetária	41	69	2
Saldo Final	784	784	243
Total das Demandas	6.705	6.705	6.478

A administração da BB DTVM considera suficientes as provisões constituídas para atendimento às perdas decorrentes de demandas fiscais e cíveis.

Cronograma esperado de desembolsos

	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas
Até 5 anos	5.459	199	781
Acima de 5 anos	262	1	3
Total	5.721	200	784

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

c) Passivos Contingentes – Possíveis

As demandas fiscais, cíveis e trabalhistas classificadas com risco “possível” são dispensadas de constituição de provisão com base no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	31.12.2019	31.12.2018
Demandas fiscais ⁽¹⁾	258.500	244.532
Demandas cíveis	15.170	14.699
Total	273.670	259.231

(1) As principais contingências têm origem em autos de infração lavrados pela Fazenda Pública do Município do Rio de Janeiro, visando à cobrança do ISSQN, no montante de R\$ 257.174 mil, sendo certo que todos os autos de infração indicados estão 'sub judice' e os respectivos juízos devidamente garantidos.



d) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31.12.2019	31.12.2018
Demandas fiscais	61.759	59.253
Demandas cíveis	159	159
Total	61.918	59.412

e) Obrigações Legais

Em 31.12.2019 e 31.12.2018 não havia registrado em Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias, Obrigações Legais oriundas de perdas contingentes.

17 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Nota	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		715.897	1.377.805	1.150.561
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado				
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Ganho/(Perda) não realizado sobre ativos financeiros disponíveis para venda	12.d	1.024	2.415	270
Efeitos tributários	12.d	(438)	(1.033)	(116)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		716.483	1.379.187	1.150.715

18 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

a) Processo de Gestão de Riscos

A BB DTVM considera o gerenciamento de riscos como um dos vetores principais para o processo de tomada de decisão.

A instituição possui processo para gestão dos riscos em que está sujeita por força do segmento de negócio em que atua, sendo acompanhados os seguintes riscos:

- Risco Operacional;
- Risco de Estratégia;
- Risco de Reputação;
- Risco de Segurança da Informação e Cibernética;
- Risco de Liquidez;
- Risco de Mercado;
- Risco de Crédito.

O processo de gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros que compõem a carteira própria é realizado a partir de análise em condições de normalidade e estresse, incluindo acompanhamento de descasamento entre ativo e passivo em relação à exposição em diferentes indexadores e avaliação de impacto no lucro da empresa decorrente de resultado financeiro inferior ao custo de oportunidade.



A exposição aos riscos de mercado e liquidez é gerenciada considerando-se limites, procedimentos e metodologias aprovados no Comitê Superior de Gestão de Riscos e Controles Internos (CSGRCI), fórum composto por Diretores.

É utilizado, quando aplicável, a metodologia de *Value-at-Risk (VaR)* para o gerenciamento do risco de mercado da carteira própria, mediante a estimação da perda potencial máxima esperada em determinado horizonte temporal com intervalo de confiança estabelecido.

Nível mínimo de ativos líquidos de alta qualidade, com alto grau de conversão em espécie, é mantido para a cobertura da exposição ao risco de liquidez, além de um Plano de Contingência de Liquidez com o objetivo de identificar, controlar e reportar estado de estresse.

Na BB DTVM, o gerenciamento de riscos da carteira própria é realizado de forma segregada das atividades de negócios e de auditoria interna.

Riscos de estratégia e de reputação são geridos utilizando-se uma abordagem por indicadores que refletem o nível de risco incorrido pela empresa em cada uma de suas dimensões, estando alinhado tanto ao Planejamento Estratégico quanto ao Plano Diretor da companhia. São definidos limites para tais indicadores de controle, os quais são monitorados de forma a assegurar o gerenciamento proativo da tomada de decisão.

Monitoramos, por meio do Controlador, de forma contínua, os ativos de informação abrangidos na infraestrutura de TI provida pelo controlador, os procedimentos, controles e tecnologias para reduzir as vulnerabilidades da instituição a incidentes, atendendo aos objetivos da segurança cibernética.

Usufruimos do gerenciamento do risco cibernético realizado pelo Controlador.

As políticas de gestão de riscos são analisadas pela Diretoria Executiva e aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa.

Acompanhamentos específicos para os riscos relacionados são realizados em reuniões ordinárias do Comitê Superior de Gestão de Riscos e Controles Internos (CSGRCI) e do Conselho de Administração.

b) Gerenciamento de Capital

É de responsabilidade do Controlador o gerenciamento de capital do conglomerado prudencial, no qual a BB DTVM está incluída, conforme Resolução CMN nº 4.557/2017.



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros, Diretoria e aos Acionistas da
BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("BB DTVM"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB DTVM em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à BB DTVM, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram examinados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 21 de fevereiro de 2019, sem modificações.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração individual do valor adicionado ("DVA") referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração da BB DTVM, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da BB DTVM. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa DVA foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da BB DTVM é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da BB DTVM continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a BB DTVM ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da BB DTVM.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da BB DTVM. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a BB DTVM a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 18 de fevereiro de 2020.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" DF

Luiz Carlos Oseliero Filho
Contador
CRC nº 1 SP 234751/O-6



RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

I. Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco do Brasil (Coaud), órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração (CA), é composto atualmente por três membros, sendo um integrante do CA, todos independentes, e eleitos pelo CA.

O Banco do Brasil optou pela constituição de comitê de auditoria único para o Banco Múltiplo e Subsidiárias, entre elas a BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (BB DTVM).

II. Responsabilidades

O Coaud tem suas atribuições definidas pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto Regulamentar nº 8.945/2016, Resolução CMN 3.198/2004, Programa Destaque em Governança das Estatais (PDGE), Estatuto Social do BB e seu Regimento Interno, disponível no endereço eletrônico www.bb.com.br/ri.

Nesse contexto, os administradores da BB DTVM são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às leis e regulamentos.

A Resolução CMN nº 4.557/2017 atribui ao Comitê de Riscos e de Capital (Coris) o assessoramento ao CA em suas funções relativas à gestão de riscos e de capital, de forma unificada, para as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial do BB. O Coaud avalia e monitora as exposições a riscos mediante interação e atuação conjunta com o Coris.

A Auditoria Interna (Audit) do Conglomerado responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que a BB DTVM está exposta, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto a sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte) é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e suficiência dos controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis.

A KPMG Auditores Independentes (KPMG) é responsável pela auditoria dos fundos de investimentos administrados pela BB DTVM.

III. Atividades do período

O Comitê de Auditoria, em cumprimento ao seu plano de trabalho, realizou regularmente reuniões internas, com o CA e Diretoria da Empresa, auditorias interna e independente, Banco Central do Brasil (Bacen), e também com executivos do Banco de áreas que realizam atividades necessárias às operações da empresa.

Nas reuniões, abordou os temas sob acompanhamento do Coaud e efetuou recomendações à administração nas situações em que identificou oportunidades de melhorias.

Não chegou ao conhecimento do Coaud a existência e/ou evidências de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição.

IV. Auditoria Interna

O Coaud supervisiona as atividades desenvolvidas pela Audit e avalia, por meio de instrumental técnico formal, sua independência, objetividade, qualidade e efetividade.



Realizou reuniões periódicas com a Unidade para conhecer as conclusões dos trabalhos, principais pontos de atenção, acompanhar sua atuação e o cumprimento de suas atribuições. Conheceu os trabalhos realizados e acompanhou o cumprimento das recomendações emitidas.

V. Auditoria Independente

O Coaud supervisiona a prestação de serviços de auditoria contábil pelos auditores independentes e avalia a sua independência, a qualidade e a adequação de tais serviços às necessidades da Instituição. Além disso, verifica, previamente à contratação para prestação de outros serviços às empresas do Conglomerado, a existência de conflitos.

O Comitê realizou reuniões com a Deloitte e a KPMG com o objetivo de conhecer e acompanhar os planejamentos, avaliar os resultados dos principais trabalhos realizados e examinar suas conclusões e recomendações. Os planos de ação são acompanhados pelo Coaud.

VI. Sistema de controles internos (SCI)

O Coaud avalia e monitora a efetividade do sistema de controles internos (SCI).

A avaliação da efetividade do SCI pelo Coaud é fundamentada principalmente nos resultados dos trabalhos realizados pelas auditorias interna e independente, pelos órgãos externos de supervisão e controle, pela Diretoria de Controles Internos (Dicoi), pela área de controles internos e conformidade da BB DTVM, em informações e documentos requisitados a outras áreas do Banco e em suas próprias análises.

VII. Transações com partes relacionadas

O Coaud avalia e monitora, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das TPR, de acordo com atribuição estabelecida pela Lei das Estatais e seu Decreto regulamentador e recomenda melhorias nos processos operacionais à administração.

O Comitê realizou reuniões com as áreas de primeira e de segunda linhas de defesa e com as auditorias interna e independente.

VIII. Exposição de risco

O Coaud, em conjunto com o Coris, avaliou e monitorou as principais atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos e realizou reuniões com as áreas gestoras de riscos e de capital.

IX. Demonstrações contábeis

O Coaud revisa, previamente à publicação, as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, o relatório da administração e do auditor independente. Avalia a qualidade das demonstrações contábeis, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento de normas editadas pelo Bacen.

Examinou o resumo das principais práticas contábeis e analisou mensalmente as principais variações nos saldos contábeis e respectivas causas, a partir de informações fornecidas pela Diretoria Contadoria.

Revisou as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, o relatório da administração e o relatório do Auditor Independente, sem ressalvas, relativos a 31/12/2019.

X. Recomendações do Comitê de Auditoria

O Comitê elaborou pareceres ao Conselho de Administração da BB DTVM em relação aos seguintes temas: políticas específicas de gerenciamento de risco de crédito, de segurança da informação e cibernética e as associadas ao risco operacional, plano anual de auditoria interna.

Não há registro de recomendações pendentes de implementação de períodos anteriores.



XI. Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu que:

- a) o sistema de controles internos é adequado ao porte e à complexidade dos negócios da BB DTVM e objeto de atenção por parte da administração;
- b) a Auditoria Interna é efetiva, dispõe de estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções e atua com independência, objetividade e qualidade;
- c) a Empresa de Auditoria atua com efetividade e independência;
- d) as transações com partes relacionadas avaliadas e monitoradas no período observaram as normas aplicáveis e as condições de mercado;
- e) as principais exposições a riscos vêm sendo gerenciadas adequadamente pela administração;
- f) as demonstrações contábeis de 31/12/2019 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, e refletem, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data.

Brasília-DF, 18 de fevereiro de 2020.

Antônio Carlos Correia

Luiz Spinola

Marcos Tadeu de Siqueira



MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. declara que aprovou nesta data o Relatório da Administração e o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e, em conformidade com o inciso V do art. 142 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, tomou conhecimento e recomendou a aprovação das contas da Diretoria, todos referentes ao exercício de 2019.

Em 18 de fevereiro de 2020.

João Pinto Rabelo Júnior (Presidente)

Rodrigo Felipe Afonso (Vice-Presidente)

Bruno Nunes Sad

George Alberto de Aguiar Soares

Luiz Eduardo Carvalho Terra de Faria

Manoel Gimenes Ruy



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL da BB GESTÃO DE RECURSOS – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis – incluindo a proposta de destinação do resultado do exercício – relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, os quais foram aprovados pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e considerando ainda o Relatório dos Auditores Independentes – Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, sem ressalvas, nesta data emitido, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de ser encaminhados para apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Rio de Janeiro (RJ), 18 de fevereiro de 2020.

Daniel de Araújo e Borges (Presidente)

Fernando Wandscheer de Moura Alves



DIRETORIA

PRESIDENTE

Carlos José da Costa André

DIRETORES

Aroldo Salgado de Medeiros Filho

Leonardo Silva de Loyola Reis

Marcelo Marques Pacheco

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Pinto Rabelo Júnior (Presidente)

Rodrigo Felipe Afonso (Vice-Presidente)

Bruno Nunes Sad

George Alberto de Aguiar Soares

Luiz Eduardo Carvalho Terra de Faria

Manoel Gimenes Ruy

CONSELHO FISCAL

Daniel de Araújo e Borges (Presidente)

Carlos Alexandre Jorge da Costa

Fernando Wandscheer de Moura Alves

COMITÊ DE AUDITORIA

Antônio Carlos Correia

Luiz Serafim Spinola Santos

Marcos Tadeu de Siqueira

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa

Contador Geral

Contador CRC-DF 017601/O-5

541.035.920-87